

Auc

15/4/87

Sandra promete ajuda a Arinos na comissão

Brasília - Em 15 de junho, quando a Comissão de Sistematização receber os anteprojatos aprovados pelas oito comissões temáticas da Constituinte e, na prática, começar a funcionar, o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) será auxiliado na árdua tarefa de presidir-la pela deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ).

"Eu não sou apenas um dos membros da Comissão de Sistematização. Me considero como uma filha do senador e já me coloquei a seu dispor para desempenhar qualquer tarefa que alivie sua dificuldades físicas", afirma a deputada.

Filha do falecido advogado e jornalista Djalma Cavalcanti, amigo íntimo de Arinos, Sandra está disposta a percorrer os aproximadamente 600 metros que separam o Senado da sala onde funcionará a Sistematização quantas vezes forem necessárias, para cumprir tarefas burocráticas. "Serei seu braço direito, sua perna direita, enfim, o que ele precisar. Mas a cabeça é dele", conclui.

Esse apoio, sem dúvida, será indispensável. A Comissão de Sistematização, responsável pela compatibilização das matérias aprovadas nas comissões e pela redação final do texto, exigirá de seu presidente muito mais do que a longa experiência como jurista. Arinos dirigirá reuniões tensas, debates candentes, votações nervosas e sessões que poderão prolongar-se pela noite. É ali que, na prática, desaguarão todos os conflitos de interesses que, por enquanto, estão apenas latentes.

Há quem duvide das condições físicas do senador Afonso Arinos para cumprir a tarefa até o fim, inclusive entre os ministros do seu próprio partido e no Palácio do Planalto. Foi desses setores que veio um claro apoio ao nome do senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), quando este se lançou candidato à presidência da Comissão de Sistematização. Como detentor do cargo, pelo acordo entre as lideranças, o PFL temia a "falta de vigor físico" de Arinos.

Além disso, o substituto imediato de Arinos, deputado Aluizio Campos (PMDB-PB), também já está em idade avançada. Mas essa não foi a principal preocupação do partido. Quando o jurista declarou que havia sido eleito pelo PMDB do Rio de Janeiro, o PFL decidiu chamá-lo à razão. Para atingir Arinos, só foi encontrado um ponto fraco: a idade avançada. O deputado Alcenir Guerra (PFL-PR), vice-líder da bancada, foi designado porta-voz.

"O que era uma simples artimanha política acabou transformando-se em um caos", conta Guerra, que foi surpreendido com a solidariedade dos pefelistas. Mas Arinos responde com indiferença, tanto que está no Rio e avisa que de lá só voltará, para instalar-se definitivamente em Brasília, após a Semana Santa.

Nos corredores do Congresso Nacional, comenta-se sobre as dificuldades de uma comissão presidida por Arinos e tendo como 1º vice-presidente Aluizio Campos. Aos 72 anos e ouvindo com dificuldade, Campos é lembrado pela atuação confusa na direção dos trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara em 1985, durante os debates sobre o funcionamento ou não do Congresso paralelamente à Constituinte.

Em entrevista ao jornal Correio Braziliense, Aluizio Campos complicou as coisas, ao dizer que caberia à Comissão de Sistematização decidir sobre o sistema de governo. Acabou justificando a observação feroza que o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães fez no dia 9 passado, quando soube que o parlamentar paraibano fora eleito vice-presidente da comissão mais importante da Constituinte, derrotando Pimenta da Veiga (PMDB-MG): "Esse não é aquele deputado que já nos causou tantos problemas na Comissão de Justiça?"

Para alguns, no entanto, idade não é problema. O deputado Fernando Santana (PCB-BA), 71 anos, lembra um velho ditado de sua terra: "A saúde do velho está no calcanhar".

Subcomissões enfrentam problema de ausências para iniciar trabalho

Brasília — Em algumas o trabalho começa bem cedo, antes mesmo da chegada dos funcionários do Senado, às 9 horas da manhã. Em outras, as audiências públicas já foram convocadas, sem que os parlamentares se preocupem com o horário do encerramento, às vezes bem depois da meia-noite. No entanto, na maioria das subcomissões da Assembléia Nacional Constituinte os trabalhos sequer foram iniciados formalmente, por ausência dos constituintes nas reuniões.

Isso já podia ser sentido na semana passada. O caso mais grave aconteceu na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, na terça-feira. Para que houvesse quorum na eleição do presidente, o relator da subcomissão, deputado Alcenir Guerra (PFL/PR), precisou buscar pelo braço os deputados José Moura (PFL/PE) e Jales Fontoura (PFL/GO), que passavam pelo corredor, para que votassem na condição de suplentes.

Pequena mentira

— A subcomissão é tão minoria, que ninguém aparece para as reuniões — ironiza o relator Alcenir Guerra. Nas outras duas reuniões convocadas, o comparecimento não foi suficiente para dar quorum às votações. Situação parecida vive o presidente da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, deputado Hermes Zanetti (PMDB/RS), que precisou apelar para "uma pequena mentira", na tentativa de trazer os parlamentares à reunião de ontem pela manhã. Ele ordenou aos secretários da subcomissão que usassem o seguinte argumento: "Senhor constituinte, só falta sua presença para haver quorum na reunião".

A ausência dos parlamentares, embora aborreça o que comparecem religiosamente, já se tornou motivo de brincadeiras entre os constituintes. Na reunião extraordinária da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, na noite de segunda-feira, o deputado José Carlos Sabóia (PMDB/MA) ouviu ao chegar o comentário do relator, o senador João Calmom (PMDB/ES): "Olha, um caxias chegando". Outro perplexo com a "gazeta" dos parlamentares é o deputado Pedro Canedo (PFL/GO): ele passou toda a tarde de segunda-feira convocando os suplentes da Subcomissão de Educação, da qual é vice-presidente. "Parece que é praxe os deputados emendarem toda a Semana Santa", lamentou.



Arinos vai ser auxiliado



Sandra quer ser braço direito

Coluna do Castello

PMDB identifica fator emocional

PASSADA a perplexidade causada pela declaração dos governadores pedindo a cabeça dos ministros da Fazenda, das Minas e Energia e demais membros do gabinete e verificado que dela nada resultou, ninguém foi demitido e nenhum movimento de apoio se seguiu aos governadores, os dirigentes do PMDB e do PFL retomaram a iniciativa e recompuseram sua estrutura de poder político para fortalecer, junto ao presidente da República, a influência dos partidos e dos parlamentares que discutem neste momento as preliminares da nova Constituição. Como se sabe, o Sr Ulysses Guimarães começou por um encontro com o ministro Aureliano Chaves (titular do pelo governador José Aparecido), discutiu com seu estado-maior a atitude dos governadores e sua repercussão no âmbito do partido, definiu a linha de operações a seguir, convidou para um almoço com políticos os ministros militares (o general Leônidas não estava em Brasília), recompôs-se com o senador José Richa e foi ao presidente Sarney, levar-lhe a garantia do apoio do partido a ele e ao seu ministro da Fazenda.

Isso não quer dizer que não haverá, quando o presidente considerar oportuno, mudanças no ministério nem que ele repelirá o apoio que lhe foi dado pelos governadores, os quais se excederam apenas no limite em que formularam seu estímulo ao exercício do poder presidencial. Eles foram além da medida, pois antes haviam se limitado a anunciar ao presidente que se reuniram para lhe dar apoio e formular reivindicações. Os excessos deverão ser absorvidos, sendo certo que, pelo menos na fase atual, o Sr Orestes Quêrcia não será atendido no seu desejo de ver fora do governo o ministro da Fazenda.

Quanto ao apoio político-parlamentar, que lhe foi reiterado pelo Sr Ulysses Guimarães e pelo ministro Aureliano Chaves — ambos estiveram segunda-feira no Planalto —, ele compreende a manutenção da Aliança Democrática pelo menos até que a Constituição esteja elaborada a fim de que sejam cumpridos os objetivos da transição democrática. Inclui também a definição do mandato do presidente da República, identificada, nas reuniões da residência do presidente da Câmara, como fator emocional que distancia o presidente do PMDB. Argumenta-se que, se o presidente fosse o Sr Ulysses Guimarães, por exemplo, não se colocaria o problema do mandato, mas, sendo o Sr José Sarney, oriundo do PDS, persiste a desconfiança de que o PMDB tentará tirá-lo do poder na primeira oportunidade que se oferecer.

O presidente Sarney teria pressentido essa ameaça desde que, instalada a Constituinte, um grupo radical que se denominou Pró-Soberania tentou alargar os poderes da Assembléia a ponto de atribuir a ela a prerrogativa de, por meio de atos constitucionais, revogar a Constituição e, em consequência, suprimir o mandato do presidente da República e fechar por tempo indeterminado o Congresso Nacional. A manobra radical foi sufocada no nascedouro, mas persistiu a impressão de que se conspirava no PMDB pela abreviação do mandato presidencial. Até hoje há propostas para realizar eleição em datas diversas a partir de março de 1988.

O PMDB e o PFL, unidos novamente na Aliança Democrática, comprometem-se a fazer, no âmbito dos partidos, uma pré-definição do mandato do presidente da República. A idéia é esta: define-se o mandato-padrão do presidente e assegura-se ao Sr Sarney que ele terá garantido o mesmo mandato a ser atribuído aos demais. Há um problema residual: a tendência para limitar a quatro anos os períodos de governo, mas a maioria da direção do PMDB e do PFL concorda com o mandato de cinco anos, havendo tendência também pelos seis anos a fim de possibilitar a coincidência de mandatos executivos e legislativos.

A cúpula do PMDB está interessada em afastar o fator psicológico que induziria o presidente José Sarney a identificar propósitos conspiratórios no âmbito dos partidos que lhe dão apoio, sobretudo no principal deles, o PMDB. Quanto à idéia parlamentarista, não é difícil identificar quem é contrário a ela e quem lhe é favorável. Quem aspira a ser candidato a presidente da República ou a governador é presidencialista; os que não pensam nisso são parlamentaristas. Nas Forças Armadas há a ilusão de que cada general de quatro estrelas é um candidato potencial e tal ilusão deve ser desfeita sem prevenção contra a hipótese de candidaturas militares.

O projeto de parlamentarismo misto publicado por uma revista de São Paulo tem sua fonte identificada por membros do governo num dos auxiliares paulistas do presidente da República. Tratar-se-ia de um parlamentarismo à Saulo Ramos, com o qual nada teria a ver o presidente da República. Seria apenas um sintoma a mais a identificar a incapacidade de políticos paulistas de apresentar formas coerentes de ação política. O consultor-geral da República, se é verdade que o projeto é dele, se situaria numa conhecida vertente de juristas paulistas que se notabilizaram na República desde o projeto de declaração do "estado de guerra" em plena paz, elaborado pelo Sr Vicente Rao, até os ex-ministros Gama e Silva e Alfredo Buzaid.

O adiamento da viagem

O Itamarati está na expectativa de instruções do Planalto para promover o adiamento da viagem do presidente da República à Índia e à China.

Carlos Castello Branco

Tempo é o problema nos Tributos

Brasília — Os membros da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas temem que o pouco tempo de discussão impeça-os de contribuir para a principal questão do seu grupo de trabalho: a definição de um novo sistema tributário para o país. "Hoje vivemos uma verdadeira ditadura financeira. E não será em três dias que descobriremos como sair dela", bradava ontem o senador João Castelo (PDS-MA).

A discussão sobre o tema ainda não foi iniciada e o prazo para que os constituintes encaminhem suas propostas aos relatores encerra-se no próximo dia 24. Na prática, isto significa que a subcomissão vai dispor de três dias, já que os trabalhos serão interrompidos de amanhã até a próxima terça-feira, por causa dos feriados da Semana Santa. A Subcomissão de Tributos enfrenta outro obstáculo: o choque de competências com as subcomissões da Comissão da Organização do Estado.

"Como é que vamos definir os tributos de municípios, estados e União, se não sabemos quais serão os encargos de cada um deles?", questionou o senador Afonso Camargo (PMDB-PR).